CEAPAC - CEFT-BAM - MAIS

Tecendo saberes e métodos

Santarém 2008

Sumário

- Diagnóstico rural participativo e plano de desenvolvimento comunitário ..... p. 3
- Facilitador..... p. 11
- Estudo de viabilidade econômica, social e ambiental .... p. 17
- Metodologias agroecológicas de assistência técnica..... p. 23
- Comunidades, grupos e atividades.....p. 30

Apresentação

Chegando ao final do projeto Uirapuru, que se propunha o objetivo de "aumentar e melhorar a produção agroextrativista dos grupos atingidos pelo projeto, por meio do apoio à produção – em particular a diversificação das culturas, o reflorestamento – a transformação e a comercialização dos produtos", muito se debate a respeito do seu alcance.

Existe, porém, uma ampla área que não diz tanto respeito ao produto – "aumentar e melhorar..." – mas ao processo, ou seja, como se tentou, as vezes com sucesso, as vezes não, de chegar até lá.

Esta cartilha reúne a análise de quatro metodologias, adotadas pelo projeto, que se colocam no cruzamento entre o produto do projeto e o seu processo. Todas elas demonstram que, longe de ser uma palavra mágica que resolve os problemas, a participação é um exercício difícil, mesmo para quem a pratica com boa vontade. Mas, ao mesmo tempo, que se põe como desafio crucial, sem o qual qualquer "sucesso" – na qualificação de um produto, na sua venda, na adoção de uma técnica agrícola – perde de seu sentido.

Em cada análise se indica brevemente o horizonte teórico da metodologia – completado pelas selecionadas referências bibliográficas; se relata a sua implementação e as dificuldades encontradas, e, finalmente, as lições aprendidas.

Nosso desejo, aqui, é partilhar esse conhecimento e essas metodologias com todos aqueles que se propõem a superar o desafio da participação coletiva na construção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Diagnóstico rural participativo e plano de desenvolvimento comunitário

> Não há que considerar perdido o tempo de diálogo que, problematizando, critica e criticando insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito de transformação (Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação*)

O diagnóstico rural participativo (DRP) é uma metodologia que, a partir da decada de Noventa, ganhou grande respaldo e se difundiu no mundo dos projetos de desenvolvimento. Esta ferramente é utilizada na região do Baixo-Amazonas, e, portanto, não constitui uma novidade. Porém, vamos enfatizá-la aqui por dois motivos: em primeiro lugar, o DRP, mesmo sendo uma das muitas fases de um projeto de desenvolvimento, é de alguma forma a mais paradigmática dentro do processo participativo; em segundo lugar, porque, graças à forma que o projeto Uirapuru assumiu a partir do replanejamento de 2005, o DRP, como base para o Plano de Desenvolvimento Comunitário, se tornou uma ferramenta para a orientação dos rumos de intervenção do projeto dentro das comunidades, e não como um genérico momento de conhecimento.

A formulação da metodologia do DRP se deu a partir do final dos anos Oitenta, devido a insatisfação pela parcialidade, em favor dos mais

fortes, das breves visitas técnicas de levantamento de potenciais; pelos custos, a redundância e a pobreza de informações cruciais, das pesquisas mediante questionários; pelo reconhecimento dos saberes dos "beneficiários" dos projetos de desenvolvimento (Chambers 1994, p. 956).

Mesmo não sendo possível resumir em poucas linhas os princípios do DRP, sobre o qual já se acumulou uma consistente literatura, destacamos, entre os principais fundamentos da metodologia:

Construção do DRP. Capitão (Juruti), 2005

- O conhecimento de uma realidade não é algo concluído, mas é algo que se constrói com o diálogo. A prática do DRP é então em primeiro lugar uma forma de dialogar em torno da realidade, para, a partir de pontos de vista diferentes, chegar a alguns pontos de consenso (ou não consenso). No DRP o conhecimento não é extraído e reconstruído "em laboratório" pelo pesquisador, mas construído na hora pelos participantes.
- Para proporcionar as bases para a ação, em um projeto de desenvolvimento, é útil buscar toda a informação suficiente para uma tomada de decisão eficaz e compartilhada, sem coletar informações desnecessárias, atrasando o processo como um todo.

Em ação

A implementação do DRP começou com a capacitação dos facilitadores, no sentido de garantir a apropriação da metodologia e a operacionalização junto às comunidades. Foram os facilitadores que conduziram, em campo (5 comunidades rurais e um grupo urbano), e com aportes pontuais da equipe central do projeto, o desenvolvimento das técnicas de DRP, destacando-se:

I Aspectos gerais da comunidade
- Mapa Sócio Econômico
- Situação organizacional (diagrama de Venn)
- Mapa das habilidades e das capacidades
- Linha do tempo

II Manejo dos recursos
- Desenho das unidades de produção familiar

III Sistemas de produção
- Calendários de produção e trabalho
- Arvore de produção e comercialização
- Renda e despesas
- Rotinas diárias

IV Como construir o plano comunitário
- Priorização dos problemas
- Arvore dos problemas
- Arvore das soluções / resultados esperados
- Fofa (Fortalezas – Oportunidades – Fraquezas – Ameaças) do plano comunitário

Estas técnicas são tratadas em inúmeros textos (entre outros, Wilde 2001, que foi a base do curso de capacitação) e já foram abordadas na cartilha passada, *Uirapuru*. E' importante destacar que a I, II e III parte é voltada mais a "fotografar" a realidade, enquanto que a IV é o primo passo da construção do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC).

Os PDCs foram construídos em oficinas de 3-4 dias, nas comunidades, e se propunham definir a visão geral de futuro da comunidade.

A partir do plano definiram-se as ações que o projeto Uirapuru ia apoiar e de que forma. A primeira rodade de PDCs continuou até o março de 2006 (6 meses do começo do processo).

> Através do DRP você tem um olhar sobre a comunidade, e alguns itens que você possa mostrar que é o potencial da comunidade, e que a comunidade também vai reconhecer aquele potencial que ela tem, porque as vezes... como tem aquela convivência direta não consegue ver aquela realidade que é um ponto positivo da comunidade *(Ronildo, facilitador)*.

Após a inclusão no projeto de 7 novas comunidades/ grupos, foi realizada uma segunda rodada de DRPs e PDCs, que começou em fevereiro e se concluiu em abril de 2007, realizada por novos facilitadores, orientados durante um curso de capacitação dado pelos membros da equipe central e pelos facilitadores "antigos", já experientes em virtude da primeira rodada.

AS DIFICULDADES

A metodologia do DRP e do PDC apresentou inicialmente algumas dificuldades práticas, especificamente: o longo tempo utilizado, a condução de técnicas como a árvore dos problemas, o "não funcionamento" de outras, como a de rendas e despesas, a amplitude do plano de desenvolvimento comunitário. Estes problemas foram quase completamente resolvidos na segunda rodada, com pequenos ajustes (a parte de árvore dos problemas/ soluções foi tirado do processo a ser conduzido pelos facilitadores e incorporado às oficinas de discussão dos PDCs; no encaminhamento dos PDCs, se orientou a discussão segundo os princípios do marco lógico – em sentido amplo, cf. Neu 2005 – e se concentrou a discussão sobre as ações que o projeto Uirapuru poderia apoiar de alguma forma).

Permanecem porém dificuldades mais profundas, quer na parte de "fotografia" da realidade, quer no processo de "passar para a ação", que é o que aqui mais nós interessa (as dificuldades aqui colocadas já se encontram na literatura, cf. Chambers 1994, pp. 1441-2 e Delville 2001).

Ilusão de comunidade

As pessoas e as famílias dentro de uma comunidades são organizadas segundo redes de relações e de poder. O resultado de um DRP é profundamente influenciado por estas redes, mas facilmente as esconde. A equipe do projeto e os facilitadores têm usado cuidados específicos para garantir que os diferentes grupos (homens e mulheres, jovens e idosos, centrais e periféricos, etc.) pudessem dar a própria opinião, e os resultados neste sentido são satisfatórios. Porém, o que permaneceu na sombra foram realmente as redes de relação e poderes dentro da comunidades e os conflitos. Isto se deu por vários motivos: uma insuficiente preparação sócio-antropológica da equipe, o não aceitar a possibilidade do conflito, dentro de uma comunidade, e, em alguns casos, questões mais práticas, como a falta de um registro apropriado da discussão que acompanhou a construção das técnicas.

Os limites na compreensão das redes de relação, de poder e os conflitos são um dos motivos maiores das dificuldades que em

Mapa sócio-economico de Capitão (Juruti), 2005

Desenho de unidade produtiva em Pinhel (Aveiro), 2007

Mapa sócio-economico de Vilanova (Santarém), 2007

muitos casos se encontraram na definição dos PDC – onde os conflitos se manifestaram – e, de forma geral, põem em risco qualquer ação que possa ser ao mesmo tempo eficaz e justa.

Informação insuficiente e inutilizada

Um segundo grande problema é que a informação gerada pelos DRPs foi em muitos casos insuficiente, seja no monitoramento das atividades (um indicador do projeto é a renda familiar, que o DRP não conseguiu medir), seja no planejamento das ações (por exemplo, para passar da informação que "tem fruta na comunidade" à saber se é viável ou não ativar uma mini fábrica de derivados de fruta, precisa de outros estudos). Isso vale em particular para a caracterização dos sistemas de produção internos à comunidade. Se muitas informações faltaram, algumas, geradas pelo DRP, não foram utilizadas.

Desenho de unidade produtiva em São Jorge (Itaituba), 2007

Em ambos os casos, a raiz do problema é que para obter informações de qualidade, não é suficiente perguntar, mas é necessário fazer boas perguntas, com sólidos fundamentos teóricos. E, quando gerada, a informação tem que ser decodificada, para embasar a tomada de decisões.

Lições aprendidas

O projeto Uirapuru, ao iniciar o processo de DRP e e discussão dos PDCs, não tinha nenhuma ação do projeto pré-definida. Neste sentido os planos de desenvolvimento orientaram realmente as ações do projeto, mesmo que, claramente, houve negociações na definição das linhas de intervenção.

> Através do DRP lembramos passado, observamos o presente e planejamos o futuro *(Deodato, facilitador)*.

O DRP pode ser uma forma eficaz de conhecimento sistematizado e de criação de confiança entre equipe do projeto e grupo participante.

Em muitos casos os participantes reconheceram a importância do DRP no compartilhamento e no resgate de conhecimentos sobre a comunidade.

O DRP tem limitações no que se diz respeito ao esclarecimento das redes de relação e de poder e dos conflitos internos às comunidades; para entender estas questões, fundamentais para que as ações de um projeto de desenvolvimento sejam eficazes e justas, é imprescindível um trabalho mais demorado e de caráter sócio-antropológico.

O DRP não ajuda no levantamento de dados quantitativos; quando forem necessários, é preciso recorrer à outras ferramentas.

Para gerar informações de qualidade é necessário que quem pergunta e quem decodifica tenha conhecimentos aprofundados da realidade social, econômica e cultural dos participantes.

A condução do DRP pelo facilitador foi um aprendizado importante; além disso, tem vantagem no que se diz respeito a realização do DRP por parte de uma equipe externa porque reduz os custos e estimula a colaboração da comunidade.

Bibliografia

CHAMBERS, Robert. *The origins and practice of participatory rural appraisal*: World Development, vol. 22, n. 7, pp. 953-969, 1994.

CHAMBERS, Robert. *Participatory rural appraisal. Challenges, potentials and paradigm*: World Development, vol. 22, n. 10, pp. 1437-1454, 1994.

DELVILLE, P. Lavigne ; MATHIEU, M.; SELLAMNA, N. *Living up to Ambitions: For a more Rigorous Practice of participatory appaisals and enquiries*. GRET, 12/2001, n. 28.

GARRAFIEL, Denise Regina; NOBRE, Francisco Rildo Cartaxo; DAIN, Jonathan. *Manual da metodologia Pesa. Uma abordagem participativa*. Rio Branco: PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agro-florestais do Acre, 1999.

NEU, Daniel. *Représenter la logique d'un projet pour mieux en débattre*. GRET, mars 2005.

WILDE, Vicki. ASEG. *Programa de Análise Sócio-Económica e de Género. Manual de Trabalho de Campo*. FAO, 2001.

Facilitador

> Precisamos de ajuda externa para analisar e compreender a nossa situação e a nossa experiência, mas não para falar no que temos de fazer. Um externo que chega com soluções e sugestões já prontas é meio que inútil. Ele necessita primeiro compreender quais são as nossas perguntas, ajudar-nos a articulá-las do melhor jeito e depois nos ajudar a encontrar soluções. Também os externos têm de mudar. Ele é um amigo que ajuda-nos a pensar nossos problemas sozinhos. (Capo-comunidade do Movimento Bhoomi Sena, in Tilakaratna, *The animator*)

A pessoa que desempenha o papel de facilitador não procura soluções pela comunidade. O seu papel é o de contribuir para clarificar a situação e, apenas depois, ajudar para encontrar possíveis alternativas de solução. O facilitador cria as condições necessárias para uma aprendizagem ativa, participativa e transformadora. Em outras palavras, ajuda as pessoas a se estruturarem sobre a prática, sobre uma aprendizagem ativa na qual as informações e conteúdos se originam da realidade concreta da comunidade e de suas organizações, a aproveitarem, do melhor

jeito possível, as próprias capacidades. O facilitador tem o papel de "tirar a ferrugem das mentes das pessoas" (Tilakaratna 1987, p. 37). Por isso, é fundamental que ele tenha confiança na criatividade e capacidade das pessoas e que reconheça suas habilidades, seus conhecimentos e experiências e não utilizar apenas as suas próprias.

Facilitadores se exercitam no DRP. Santarém, 2005

CARACTERÍSTICAS DE UM FACILITADOR

Não necessita que um facilitador tenha específicas características técnicas, mas sim um conjunto de competências diferenciadas. As três mais importantes são:

- Métodos de estudo e análise social de uma realidade, isto é, que tenha habilidade de analisar e compreender uma realidade social;
- Capacidade de aprendizagem contínua. Estar abertos a novos conhecimentos e assumir uma postura pró-ativa no sentido da construção da pessoa humana, na sua integridade. Naturalmente ele tem que abandonar a idéia de já ter alcançado certo nível de conhecimento para desempenhar o seu papel.
- Capacidade de escutar, de comprometer-se com os objetivos e metas a serem alcançadas.

Na prática, um facilitador tem que:

- Investigar, estudar, analisar e compreender a realidade da comunidade;
- Conhecer e aceitar os costumes e valores da comunidade, levando-os sempre em consideração;
- Produzir informações aproveitando todas as oportunidades de contato com os moradores da comunidade para aprofundar seu

conhecimento da realidade local;
- Ser respeitoso e amável com todos, lembrando sempre que é um hóspede na comunidade;
- Facilitar, tornar compreensível, socializar, possibilitar de forma natural as relações e comportamentos para buscar opções e ações de transformações coletivas.

FORMAR FACILITADORES

Dado que os futuros facilitadores têm o papel de ajudar outras pessoas a aproveitar do melhor jeito suas próprias capacidades, também a formação deles acontecerá de maneira participativa. Os futuros facilitadores não são apenas objetos da formação e "vasilhas" de informações dadas a eles pelo formador. O processo de formação, chamado por Tilakaratna de "sensitização", é um processo participativo através da prática, da reflexão, da análise, e da divisão das próprias experiências com os outros. Assim, o formador não tem o papel de professor, mais aquele de "facilitador dos facilitadores".

Em ação

Em setembro de 2005 foi realizado o primeiro encontro dos futuros facilitadores do projeto Uirapuru. Os primeiros dois dias foram para a compreensão do papel do facilitador e os outros cinco dias foram utilizados para a formação prática sobre as técnicas do DRP. No final da formação foram indicados os primeiros cinco facilitadores para as cinco comunidades da

> É algo inovador dentro da nossa proposta, onde se tem uma pessoa disponível em tempo integral, sendo ponto de ligação entre a comunidade e as instituições do projeto Uirapuru *(Heloísa, coordenadora)*.

primeira etapa do projeto. Três desses trabalhavam nas próprias comunidades, os outros dois não. Todos os facilitadores, depois da formação, tinham uma melhor capacidade de comunicação e capacidade de formar outros facilitadores.

O facilitador é um sujeito discreto, que trabalha na comunidade e que procura envolver todos da comunidade *(Elivaldo, facilitador)*.

Um dos primeiros problemas encontrados foi o conflito entre a "fidelidade" ao projeto e "fidelidade" à comunidade. Outro problema foi uma sensação de perda de credibilidade, no decorrer do tempo.

Bastante surpreendente foi à satisfação das comunidades tendo a presença constante de um representante do projeto como "ponte de informação" entre a comunidade e a equipe central. Isso é um resultado muito positivo, principalmente pela extensão geográfica entre comunidades e a dificuldade no transporte.

Um resultado ambíguo foi o desempenho de alguns facilitadores na logística do projeto, o que pode enfraquecer a capacidade de auto-suficiência do grupo.

Depois de dois anos de implementação da metodologia, se tornou necessário investir mais na capacitação dos facilitadores para que eles pudessem transferir espírito crítico à comunidade e comunicar-se de forma mais eficaz. Além disso, foi tomada a decisão de planejar encontros da equipe inteira – equipe central e facilitadores –a cada dois meses, com o objetivo de trocar experiências e avaliar o andamento dos trabalhos das diferentes realidades, lidar com as dificuldades encontradas e realizar o planejamento.

Santo de casa não faz milagres *(Helena, trabalhadora rural, Tapixaua, Oriximiná)*.

INTERNO OU EXTERNO?

No final da primeira etapa do projeto, em janeiro de 2007, foram incorporadas ao projeto outras sete comunidades. Nesta segunda etapa, todos os facilitadores mudaram de comunidade, sendo que todos tornaram-se externos da comunidade de trabalho. Por que essa decisão? Em primeiro lugar, porque os facilitadores internos, na primeira etapa do projeto, tinham mais dificuldades para ficar neutros nos conflitos entre comunitários. Em segundo lugar, porque para os facilitadores externos foi mais fácil estimular a curiosidade e manejar o conflito entre "fidelidade ao projeto" e "fidelidade à comunidade".

Na maioria das comunidades, tanto da primeira como da segunda etapa, foi verificada uma opinião bastante positiva para a escolha do facilitador externo, sobretudo pelo melhor manejo dos conflitos internos.

Conclusão do I encontro de facilitadores. Santarém, 2005

Durante o II encontro de facilitadores. Santarém, 2006

Facilitadora durante reunião. Setor 4 (Monte Alegre), 2007

Encontro de facilitadores. Santarém, 2007

Lições aprendidas

No caso do facilitador externo, é fundamental que, desde o início, tenha um discernimento sobre questões de alimentação e habitação para o período de trabalho que irá desempenhar na comunidade. Não importa se é apenas uma família a ocupar-se dele ou toda a comunidade. O importante é que desde o início esteja claro, tanto para o facilitador como para a comunidade, onde será o local em que ele irá dormir, comer e receber eventual assistência a saúde.

É importante destacar que o facilitador externo não deve ganhar a confiança da comunidade apenas com o efeito novidade (que todavia terá), porque a confiança adquirida nestas condições certamente será muito fraca. Confiança se conquista através de um sincero processo de fortalecimento das relações humanas. Por isso, é fundamental lembrar que todas as ocasiões de contato pessoal com as comunidades, mesmo nos momentos de lazer, ajudam a fortalecer a confiança recíproca entre a comunidade e o facilitador.

É fundamental investir muito na capacitação dos facilitadores, contribuindo à construir ou fortalecer as características que deve ter. Neste sentido, a formação no campo pedagógico, de relações humanas, de acompanhamento nas tomadas de decisões é fundamental. Uma formação técnica é também importante, para que possa interpretar com competência o que acontece na comunidade e os processos desencadeados pelo projeto.

Bibliografia

TILAKARATNA, S. *The animator in participatory rural development*. International Labour Organization, 1987.

Estudo de viabilidade econômica, ambiental e social

> Em outras palavras, estamos tratando a motivação da atividade econômica do camponês não como aquela de um empreendedor, que, como resultado do investimento do capital dele, recebe a diferença entre receita bruta e despesas para a produção, mas sim como a motivação de um operário num sistema de pagamento por produção, onde ele tem a possibilidade de decidir, por sua conta, a intensidade do seu trabalho (A.V. Chayanov, *A teoria da economia camponesa*)

O estudo de viabilidade se coloca como ponto de junção entre as aspirações expressadas pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário e a real intervenção do projeto, mediante capacitações, intercâmbios, investimentos em infra-estrutura e equipamentos.

O estudo de viabilidade é uma metodologia criada pelas empresas capitalistas, voltada à entender, de forma quantitativa, se um dado empreendimento pode ter lucro e quanto. O seu uso na realidade dos pequenos produtores familiares do campo, necessita de ajustes, em dois aspectos diferentes.

Em primeiro lugar o estudo de viabilidade tem que atender um conceito diferente de viabilidade, ou seja, objetivos diferentes. Se para a empresa capitalista a finalidade é a maximização do lucro, diferente é o caso do pequeno produtor familiar, que visa minimizar os riscos, garantir o emprego dos componentes a família, melhorar as condições da produção e aumentar a renda. A estes objetivos, se acrescentam outros – às vezes apontados pelos participantes, as vezes pelos assessores – de sustentabilidade ambiental e justiça social.

Capacitação em venda. Oriximiná, 2006

Em segundo lugar, deve ter ferramentas diferenciadas, porque, enquanto as empresas adotam técnicas elaboradas de previsão e cálculo dos fatores de produção, dos custos e das receitas, a pequena produção raramente realiza análise de custo/beneficio "na ponta do lápis"; este cálculo é certamente feito – cada produtor pode dizer se um negócio é bom ou ruim – mas informalmente, de intuito.

O estudo de viabilidade econômica, social e ambiental lida com todos estes problemas, entre outros. Se existem inúmeros manuais para a realização destes estudos, raras são as reflexões sobre os papel deles nos projetos de desenvolvimento.

Em ação

O processo de estudo da viabilidade das oportunidades de desenvolvimento comunitárias começou logo depois da definição das mesmas no plano de desenvolvimento comunitário e continua ainda hoje. Até ago-

ra (janeiro de 2008) foram realizados 11 estudos de viabilidade, sobre mel, derivados da mandioca, criação de galinha, mudas, xaropes, polpa, doce de fruta, para 8 comunidades/ grupos. Os estudos foram realizados por 7 diferentes assessores, internos ou externos ao projeto.

Cada estudo tem a sua história, feita de tentativas, de erros e de acertos; vamos analisar os principais pontos de contato e de diferenciação.

> O estudo de viabilidade com certeza é um bom trabalho, porque você visa que em futuro vai dar certo... se você não fizesse o estudo de viabilidade, teria o risco de não dar certo... até porque vai ver se é para o consumo ou para o comércio... então, se é para o comércio, no mesmo tempo que você está fazendo o estudo de viabilidade, você está procurando mercados, e isso é muito bom, acho que é um ponto muito positivo no projeto *(Joyce, facilitadora)*.

Principais pontos de contato:

- todos os estudos foram realizados com forte interação com os protagonistas, em reuniões, visitas familiares e a campo, pesquisas realizadas pelos "beneficiários" ou com a participação deles;
- todos os estudos são abertos, em processo de construção.

Principais pontos de diferença:

- os estudos relacionados a atividades já desenvolvidas há tempo pelas comunidades, por exemplo, produção de derivados da mandioca, são diferentes daqueles de atividades "novas", por exemplo, fruta beneficiada;
- a fundamentação teórica dos estudos é diferente (por exemplo, alguns incluem a mão de obra como um custo, outros fazem uma análise de custo/ beneficio);
- alguns estudos tratam só o aspecto econômico, enquanto outros abrangem também a questão social e ambiental.

DIFICULDADES

Implementação e ferramentas de análise

Na implementação desta metodologia, foi muito difícil encontrar profissionais para a condução do processo. Um outro problema relaciona-se à relação entre tempo de implementação das atividades e tempo de realização dos estudos de viabilidade. A principio, um pequeno estudo deveria anteceder no início das atividades, enquanto que um estudo mais aprofundado deveria ser alimentado pelos dados produzidos pelos grupos, na implementação; isto não aconteceu: às vezes o estudo inicial foi super-dimensionado, outras, não teve tempo ou suficiente gerenciamento para os grupos produzirem dados significativos.

> Têm pessoas endividadas, e endividadas também porque? Porque não foi feito estudo de viabilidade, para se dizer se aquela iniciativa ia trazer uma renda para ele ou não *(Ronildo, facilitador)*.

Uma outra dificuldade relaciona-se ao foco do estudo: uns deles contêm muitas informações não imediatamente necessárias para a implementação da ação, enquanto que estão carentes de análises aprofundadas de questões cruciais, qual a forma de organização que pode sustentar a atividade; de forma geral, o viés econômico da viabilidade é privilegiado. Às vezes, para o assessor, é muito difícil encontrar o justo equilíbrio entre a simplicidade necessária para ser compreendido e a complexidade necessária para sustentar uma apropriada tomada de decisões.

Finalmente, desde que as ferramentas do estudo de viabilidade foram pensadas para promover o lucro das empresas, é necessária uma profunda revisão dos instrumentos analíticos e das metodologias para realizar estes estudos, para que se possam se tornar úteis no apóio de pequenos produtores, especialmente rurais.

Apropriação

Na maior parte dos casos os participantes não se apropriam do estudo de viabilidade e do processo que leva à sua definição: a programação formalizada, os cálculos, o texto escrito, são ferramentas que fazem parte de uma minoria de trabalhadores do campo. Um grande risco é que este processo exclua ainda mais os marginalizados, que, normalmente, têm menos segurança nestas ferramentas.

Ainda uma vez, pesa a necessidade de agir rapidamente, assim como a dificuldade de um projeto de geração de renda se inserir em um contexto fortemente carente do ponto de vista da educação.

Em contraponto, o intenso trabalho de estudo com a participação dos envolvidos, os ajudou em refletir sobre os processos de produção em quem estão engajados, os alertou sobre a necessidade de analisar mais profundamente qualquer atividade produtiva e permitiu incorporar alguns conceitos-chave, como o de depreciação, que leva à conseqüência prática de constituir um fundo de reposição – o que uns grupos já estão começando fazer.

Criação de galinha em Capitão (Juruti), 2007

Despolpamento da fruta. Oriximiná, 2007

Criação de abelha nativa em Anã (Santarém), 2006

Capacitação em derivados da mandioca, Capitão (Juruti), 2007

Lições aprendidas

Para um projeto que se propõe apoiar atividades de geração de renda e que utilize a metodologia do facilitador, uma das primeiras capacitações deve ser sobre viabilidade econômica, social, ambiental.

Para realizar ações no campo econômico, eficazes e justas, é preciso um conhecimento mais aprofundado das comunidades e dos grupos participantes, qualificado por um enfoque teórico muito bem conceituado. Este conhecimento pode pôr as bases também para a construção de ferramentas mais apropriadas de interpretação e de proposta, que levem em conta fins diferenciados e que consigam envolver, com igual valor, a componente econômica, ambiental e social.

Da mesma forma, a tradução dos sistemas formais de programação e calculo, na linguagem que possa ser entendida pela maioria dos participantes – se possível, favorecendo os menos "fortes" – precisa de um intenso esforço de metodologia pedagógica. Neste sentido, um caminho bem interessante e promissor é o dos jogos econômicos, que está ganhando importância dentro e fora do Brasil.

Bibliografia

CAPINA. *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos*. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998.

CÁRDENAS, Juan Camilo; RAMOS, Pablo Andrés. *Manual de juegos económicos para el análisis del uso colectivo de los recursos naturales*. Lima: Centro Internacional de la Papa - CIP, 2006.

GOMES, Isabela Mota. *Manual Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado*. SEBRAE, 2005.

PALO ALTO SOFTWARE. *Mini business planner*. Palo Alto Software, 2002.

Metodologias agroecológicas de assistência técnica

> A comunicação só é verdadeira quando ocorre uma reciprocidade sem interrupção entre os sujeitos no ato de pensar, pois na comunicação não há sujeitos passivos e, portanto, não deve ser informativa e muito menos persuasiva. É necessário estabelecer um processo dialógico entre extensionistas e agricultores, de forma a permitir a reciprocidade, proporcionando a troca de conhecimentos e não transmissão de informações. (Freire, *Extensão ou comunicaçao*)

A questão da assistência técnica alternativa, constitui-se primariamente como uma questão de construção do conhecimento. Apesar que este enfoque seja debatido há muito anos e que tenha sido incorporado como política pública, no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER 2004), ainda muito incipiente é a sua experimentação no Baixo-Amazonas.

Nos melhores dos casos, o produtor é entendido como protagonista na definição das suas necessidades, mesmo que em muitos casos a pauta da assistência técnica seja definida sem uma real consideração

das suas peculiaridades e vontades. De qualquer forma, ele é entendido como receptor de um conteúdo que tem que ser passado para ele, em vez de construtor de conhecimento.

Para desafiar este panorama, organizamos a proposta de assistência técnica do projeto Uirapuru nos princípios de:

- transferência horizontal do saber em experiências práticas;
- ação - reflexão - ação;
- resgate dos conhecimentos práticos tradicionais e a complementação com conhecimentos atuais;
- reequilíbrio dos agro-ecossistemas.

Troca de experiências sobre roça sem fogo. Lago Grande (Santarém), 2007

Os fundamentos teóricos destas propostas se encontram no pensamento de Paulo Freire (Freire 1983), nos fundadores da agroecologia (Altieri 1983) e na incorporação deste debate no Brasil (cf. por exemplo Costaldeber 2004).

Em ação

DE CAMPESINO A CAMPESINO

A implementação da metodologia de assistência técnica "de campesino a campesino" foi centrada na pessoa do facilitador. Na idealização inicial do projeto, ele/a, com base nos resultados do DRP e do conhecimento adquirido da comunidade, deveria identificar e clarificar as necessidades de assistência técnica dos produtores, assim como as

potencialidades e boas práticas por eles desenvolvidos e favorecer a troca de conhecimentos, voltada a valorizar as boas práticas e enfrentar as dificuldades. Este modelo previa também a possibilidade de busca de consultorias técnicas pontuais, para atender demandas que internamente não pudessem ser respondidas.

Tudo isso não funcionou, principalmente pelas seguintes razões:

- desvalorização do conhecimento tradicional pelos assessores, representantes dos movimentos e pelos mesmos agricultores;
- falta de capacitação dos facilitadores para identificação de boas práticas e das necessidades e ausência, na equipe técnica central, de conhecimentos nesta área;
- escassez de conhecimento tradicional, pelo menos explicito, para lidar com novos desafios (aumento das áreas degradadas e então necessidade de manejo da fertilidade do solo, plantio de fruteiras em roça, manejo do gado, etc.).

Para solucionar esta situação, foram contratados dois agrônomos, com as seguintes finalidades:

- análise do sistema de produção existente e discussão – com todos os membros da família – qual a visão de futuro a curto e médio prazo (2-5 anos);
- indicação de possíveis ações para alcançar esta visão de futuro, na perspectiva de implementação de uma produção sustentável e nos moldes agroecológicos;
- implementação na realidade local de alguns experimentos, a partir das ações precedentemente definidas;
- monitoramento das experiências para possíveis intervenções da assistência técnica.

As duas consultorias foram bastante ricas. Em uma se trabalhou bastante o resgate dos conhecimentos tradicionais e da complementação deles com outros conhecimentos. Na outra se usaram como ferramentas base o planejamento de sistema agrícola, baseado em croquis da unidade de produção e calendários anuais. Ambas implementaram experimentos. Finalmente, nos dois casos se conseguiu realizar a assistência técnica com permanência longa a campo (15-20 dias), que constitui também um dos princípios da assistência técnica do projeto Uirapuru.

Esta intervenção teve alguns resultados pontuais e aprofundou a reflexão metodológica. Porém, os principais limites desta experiência foram a pontualidade (isto impediu a implementação de determinadas técnicas, ligadas ao calendário agrícola, e a consolidação do acompanhamento dos experimentos) e a não incorporação por parte da equipe (facilitadores e equipe central).

No decorrer do segundo ano do projeto, algumas iniciativas foram realizadas para a capacitação dos facilitadores na área da agroecologia, com a intenção de torná-los incentivadores nesta área, sobretudo mediante dias de campo.

Vale ressaltar finalmente que o processo de troca de conhecimentos entre produtores acontece independentemente da intervenção externa, mas que a qualificação desta troca precisa de um trabalho aprofundado, amplo e demorado, que vai bem além do tempo de implementação de um projeto; porém, o processo de mobilização social (capacitações, encontros regionais e comunitários, oficinas) determinado pelo projeto Uirapuru incentivou sem dúvida uma maior troca de informações entre produtores.

INTERCÂMBIOS

O projeto Uirapuru promoveu cinco intercâmbios:

- visita de comunitários de Santo Antonio nas comunidades Anã e Coroca (rio Arapiuns), com foco na criação de abelha nativa;
- visita de comunitários do Lago Grande e de São José I ao produtor Joãozinho de Belterra, com foco na criação de abelha nativa;
- visita de comunitários de Tapixaua à COOPER em Paraupebas (PA), com foco no beneficiamento de frutas;
- visita de comunitários de Anã à comunidade de Aimí, no

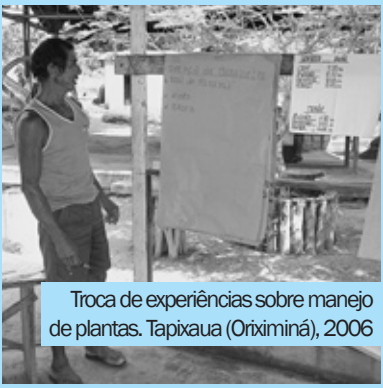
É fácil: trocando experiências todo mundo ganha, porque quem desenvolve atividades parecidas na mesma região, tem os mesmos problemas *(Antonio Gomes, facilitador)*.

município de Oriximiná, com foco na criação de peixes;
- visita de comunitários de Santo Antonio e do Lago Grande à duas comunidades da Flona Tapajós, com foco no artesanato.

Os melhores intercâmbios tiveram resultados excelentes, porque, além de proporcionar o aumento qualitativo dos conhecimentos na prática enfocada pelo intercâmbio, facilitaram uma troca de informações bem mais ampla, em relação a políticas fundiárias, perspectivas das atividades desenvolvidas, e um estreitamento de relações de amizade.

Outros, pelo contrário, não funcionaram, ou pela duração limitada (no caso da visita à COOPER), que impediu o conhecimento da experiência visitada, ou pela proposta da atividade visitada, contrária às práticas e aos princípios do projeto, sem uma adequada análise desta diferença, como foi o caso da criação de peixes de Aimí.

Dia de campo em Capitão (Juruti), 2007



Troca de experiências sobre manejo de plantas. Tapixaua (Oriximiná), 2006

O técnico durante o dia de campo em Capitão (Juruti), 2007

Intercâmbio sobre artesanato da Flona Tapajós (Santarém), 2007

Lições aprendidas

A transição entre uma “extensão participativa” e uma real complementação entre saberes dos agricultores e saberes “científicos” precisa de técnicos com conhecimentos muito avançados e multidisciplinares e a valorização, porém não acrítica, do conhecimento tradicional.

Para tornar possível a troca de conhecimentos entre agricultores, além do que é normal, o facilitador tem que ter conhecimentos técnicos básicos e uma sólida base pedagógica.

Intercâmbio com a Cooper. Oriximiná, 2007

O saber dos agricultores é geralmente avançado. Para solucionar os problemas que eles enfrentam, é preciso complementar-lo com um saber técnico altamente qualificado: o saber técnico comum se demonstra, na maior parte das vezes, inadequado.

Os intercâmbios entre duas comunidades de produtores, são geralmente mais proveitosos e aconselháveis, daqueles de visita a experiências êxitosas especificas, porque, além da troca de experiência a respeito das questões técnicas, tem a oportunidade de discutir questões mais amplas, e observar uma realidade diferente, mas com problemas parecidos.

A visita a um projeto ou experiência desenvolvida com princípios opostos àqueles pregados pelo projeto pode levar a resultados negativos, se não acompanhada por uma profunda reflexão das duas realidades.

Bibliografia

ALTIERI, Miguel. *Agroecology. The scientific basis of alternative agriculture*. Berkeley: Division of Biological Control, University of California, 1983.

BORDENAVE, J. E. Diaz. *O que é comunicação rural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

---, *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BORDENAVE, J. E. Diaz; WERTHEIN, Jorge (Org.). *Educação rural no terceiro mundo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: s.e., 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PERACI, Adoniram Sanches; NEUTZLING, Aline; PALUDO, André Carlos; MARCHIORO, Gelso; PINHEIRO FILHO, Francisco de Assis. *De agricultor(a) para agricultor(a): construindo novas referencias de assistência técnica para o desenvolvimento rural sustentável e solidário*. Curitiba: DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2000.

WERNER, David; BOWER, Bill. *Aprendendo e ensinando a cuidar de saúde: manual de métodos, ferramentas e idéias para um trabalho comunitário*. São Paulo: Paulus, 1984[5].

Comunidades

Alêma (Terra Santa)

Participantes: **15 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **melhoramento derivados da mandioca** ajuste das técnicas de produção; melhoria da qualidade da farinha e dos outros derivados da mandioca (tapioca, beju, tucupi, ecc.) e fortalecimento das formas de venda;

⊙ **experimentação agroecologica** manejo da fertilidade do solo, banco de proteínas para criação de animais.

Anã (Santarém)

Participantes: **15 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **mel** produção de mel orgânico e de origem, de abelha nativa da Amazônia;

⊙ **criação de peixe** criação de tambaqui (*Colossoma macroporum*) em gaiolas e produção de ração para o peixe, composta de produtos disponíveis na comunidade, junto a produtos buscados da região;

⊙ **experimentação agroecologica** resgate ou introdução de técnicas sustentáveis de cultivo.

Capião (Juruti)

Participantes: **28 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **criação de galinhas** melhoria do sistema tradicional de criação de galinha (saúde dos animais, melhoria da ração e seleção das crias);

⊙ **derivados da mandioca** ajuste das técnicas de produção, melhoria da qualidade da farinha e dos outros derivados da mandioca (tapioca, beju, tucupi, ecc.) e fortalecimento das formas de venda;

⊙ **experimentação agroecológica** resgate ou introdução de técnicas sustentáveis de cultivo.

Miriti Novo (Alenquer)

Participantes: **14 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **criação de peixe** criação de matrinxá (*Brycon spp.*) e tambaqui (*Colossoma macroporum*) em represa de igarapé, alimentados com ração natural;

⊙ **derivados da mandioca** melhoramento da qualidade da farinha e dos outros derivados da mandioca e das formas de venda.

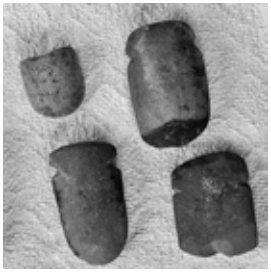
Pinhel (Aveiro)

Participantes: **21 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **artesanato** produção de artesanato diversificado com palhas e sementes.



Santo Antonio (Prainha)

Participantes: **15 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **mel** produção de mel orgânico e de origem, de abelha nativa e de Apis;

⊙ **artesanato** produção de objetos úteis ou de ornamentação, de talas, cipós, madeira, palha, ouriço de castanha-do-Brasil e castanha sapucaia, sementes, manejando de forma sustentável os recursos naturais;

⊙ **derivados da mandioca** produção de derivados da mandioca de qualidade especial (beiju da massa de mandioca e da tapioca).

⊙ **cultivo consorciado** de lavoura branca (manioca, milho, feijão, arroz), fruteiras e espécies madeireiras, com uso de técnicas agrícolas tradicionais e alternativas.

São José I (Santarém)

Participantes: **10 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **derivados do caju** produção de derivados do pedicelo tuberizado (doce) e da castanha (caju torrado, paçoca, "chocolate");

⊙ **criação de peixe** Criação de tambaqui (*Colossoma macroporum*) em represas com ração natural;

⊙ **mel** produção de mel orgânico e de origem, de abelha nativa da Amazônia.

Setor 4 (Monte Alegre)

Participantes: **16 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **criação de galinha** caipira com ração natural;

⊙ **experimentação agroecologica** hortas agroecológicas, sistemas agroflorestais.

Tapixaua (Oriximiná)

Participantes: **22 famílias**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **derivados de frutas tropicais** beneficiamento de frutas tropicais (açaí, acerola, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, maracujá, muruci, ecc.) em polpa de fruta, doces, fruta seca;

⊙ **experimentação agroecológica** resgate ou introdução de técnicas de cultivo sustentáveis.

Grupos

GCEM (Santarém)

Participantes: **10 pessoas**

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **plantas medicinais** produção de: mudas de mais de oitenta espécies plantas medicinais; xaropes para tosse, bronquite e outras doenças; produtos de beleza (sabonetes); integradores alimentares (multimistura).

Produtores de artesanato
(Região do Lago Grande, Santarém)

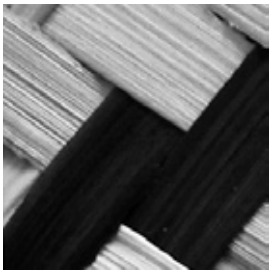
Participantes: **25 famílias** (em 8 núcleos, sócios da ASALC)

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **artesanato** produção de panelas de barro; de bolsas, chapeis e outros objetos úteis ou de enfeite, com palha de tucumã, argila, fibra de curauá.

⊙ **derivados da mandioca.**



Produtores de mel
(Região do Lago Grande, Santarém)

Participantes**: 34 famílias** (5 grupos)

Eixos de ação:

⊙ **organização comunitária** eixo transversal;

⊙ **mel** produção de mel orgânico e de origem, de abelha nativa da Amazônia, e produção de mel orgânico de *Apis*.

Projeto Formiga
(Município de Oriximiná)

Participantes**: 17 comunidades**

Eixos de ação:

⊙ constituição de uma **organização** e de um **centro de serviços** para a agricultura familiar (armazenamento, beneficiamento, comercialização).

Expediente projeto

Comitê central
CEAPAC – Danilo Siqueira
CEFT-BAM – Venilson Taveira
MAIS – Luca Fanelli

Entidades municipais
Alenquer – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais: Sr. Assis, Preto Maia
Aveiro – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais: Doralice Cordeiro, Sr. Luis
Juruti – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, Associação de Mulheres: Sra. Graça
Monte Alegre – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais: Zé Costa
Oriximiná – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais: Wander Almeida, Sra. Edineia
Prainha – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, Associação de Mulheres: Delfem Ferreira.
Terra Santa – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais: Sr. Geraldo.

Referencias comunitárias/ de grupo
Alemã: Antonio João
Anã: Sra. Odila, Alexandre Godinho
Capitão: Zequinha Natividade, Mauricio Cursinha
CGEM: Deuzimar Lima
Lago Grande: Rosivaldo Magno Souza e Sr. Edivaldo.
Miriti Novo: Sr. França e Sr. Nena
Pinhel: Edgar, Sra. Ivete e Sra. Olivete
Projeto Formiga: Génigues
Santo Antonio: Nete Furtado, Fredivaldo Esquerdo
São José I: Paulo Correa, Lucivaldo Brito
Tapixaua: Sra. Telma, Domingos Ferreira

Equipe central
Heloisa Cardoso – Coordenadora local
Sérgio Oliveira – Articulador
Patrick Miléo – Articulador
Frank Costa – Administrador
Luis Rodrigues – Secretário
Luca Fanelli – Cooperante

Facilitadores
Anete Pedroso
Deodato Conceição
Elisar Cavalcante
Elivaldo Miranda
Itanael Assis
João Costa
Joyce Carvalho
Nazaré Costa
Nilvana Batista
Ronildo Ferreira
Ruben Cesar Rodrigues

Expediente cartilha

Preparação material e entrevistas: **David Creofini e Tarcisio Maia.**

Redação: **David Creofini, Luca Fanelli, Tarcisio Maia.**

Diagramação e gráfica: **Luca Fanelli.**

Revisão: **Heloisa Cardoso, Danilo Siqueira, Tarcisio Maia.**

Um agradecimento especial a **Ricardo Costa** (CAPINA) para a revisão e sugestões relacionadas ao capítulo Estudo de viabilidade econômica, social e ambiental. A responsabilidade do texto, porém, permanece dos autores.

Fotos: p. 32, comunidade de Santo Antonio, alto e baixo: Thais Medeiros. Todas as outras: acervo do projeto Uirapuru, e acervo do CEAPAC.

A.a.V.v. *Uirapuru. Tecendo saberes e métodos*. Santarém: CEAPAC, CEFT-BAM, MAIS. 2008.

Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC

Endereço: Trav. Agripina de Matos, 203 - 68.040-410 Santarém (PA) Brasil
Telefone: +55 (93) 3522-4201
E-mail: ceapac@ceapac.org.br
Web site: www.ceapac.org.br

Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo-Amazonas – CEFT-BAM

Endereço: Rua Raimundo Fona, 608 – 68040-410 - Santarém (PA) Brasil
Telefone: +55 (93) 3523-5552
E-mail: ceftbam@yahoo.com.br

Movimento pelo Auto-desenvolvimento, o Intercambio e a Solidariedade – MAIS

Endereço: Via Saluzzo, 23 – 10125 Torino – Itália
Telefone: +39 (011) 657-972
E-mail: info@mais.to.it
Web site: www.mais.to.it
Contato de MAIS no Brasil
Telefone: +55 (93) 3529-0377
E-mail: luca.fanelli@mais.to.it

Co-financiamento do Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália.
Os conteúdos deste texto e os posicionamentos aqui tomados não traduzem o pensamento do co-financiador.